

ENTRE A UNIDADE SONHADA E A REALIDADE FRAGMENTADA: A AMÉRICA CENTRAL PÓS-INDEPENDÊNCIA (1824-1839)

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.011-063>

Raimundo Carvalho Moura Filho

Doutor em História (UFRRJ). Mestre em História (PUC-GO). Licenciado em História (UEMASUL) e Pedagogia (FABRAS). Professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Membro da ABREM e da ANPUH/MA. Membro dos grupos de pesquisa GLEHE/UNITINS e NEIDISO/UNITINS

Email: raimundo.hist.cesi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5262-6919>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0502143944711434>

Fernanda Miler Lima Pinto

Doutoranda em Ciências Sociais (UFRRJ), bolsista FAPEMA/SECTI/Gov. do Maranhão. Mestra em Direito Público (UNISINOS). Bacharela em Direito (UFMA) e licenciada em Ciências Sociais (ETEP). Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Advogada OAB-MA. Membro dos grupos de pesquisa GLEHE/UNITINS e NEIDISO/UNITINS

Email: fernandamp1206@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2856-0299>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1672312046277512>

RESUMO

Este artigo analisa as complexidades do processo de fragmentação da Federação Centro-Americana (1824–1839), com ênfase nas reformas liberais promovidas por Francisco Morazán e nas resistências conservadoras que se articularam no período pós-independência. A partir do confronto entre projetos políticos divergentes, evidenciam-se os conflitos intraoligárquicos, as disputas regionais e as exclusões sociais que marcaram a curta experiência federativa. Além de examinar os símbolos, discursos e instituições criados para sustentar a unidade republicana, o estudo ressalta os limites do liberalismo centro-americano diante das realidades sociopolíticas locais, bem como as tensões entre centralização e autonomia nos distintos estados da região.

Palavras-chave: Fragmentação política. América Central. Fronteiras e memórias.

1 INTRODUÇÃO

Em 1821, a Capitania Geral da Guatemala, até então sob domínio espanhol, declarou sua independência e foi brevemente anexada ao Império Mexicano de Agustín de Iturbide, recém-estabelecido. Dois anos depois, em 1823, a região rompeu com o México e formou as Províncias Unidas da América Central, uma federação composta por Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica¹. Entretanto, em 1838, essa federação começou a se desintegrar, resultando na formação dos estados independentes que compõem a América Central contemporânea.

Os eventos que marcaram a fragmentação da Federação Centro-Americana (1824-1839) deixaram legados políticos e sociais que continuam a impactar as configurações de fronteiras e identidades na região, reverberando em questões contemporâneas como migrações e disputas territoriais.

A Assembleia Nacional Constituinte, instalada na Guatemala em 24 de junho de 1823, desempenhou um papel central nesse período de transição. Entre suas principais ações, destacou-se a elaboração da Constituição Federal da América Central, promulgada em 22 de novembro de 1824. Este documento, fortemente influenciado pelas constituições dos Estados Unidos e de Cádiz, bem como pelos ideais iluministas do século XVIII, estabeleceu as diretrizes para a organização política e administrativa da nova federação (Brignoli, 1983, p.28). No entanto, as bases promissoras delineadas pela Assembleia logo seriam desafiadas por tensões regionais e pelos interesses divergentes das elites locais.

Foi nesse contexto que emergiu Francisco Morazán como uma figura de destaque. Nascido em Tegucigalpa, Honduras, em 3 de outubro de 1792, ele tornou-se um líder militar e político que personificava os ideais liberais. Durante sua presidência na Federação Centro-Americana, promoveu reformas progressistas inspiradas nos Códigos Livingston, como a legalização do divórcio, a garantia de direitos de herança para filhos ilegítimos e a implementação de uma educação laica. Essas medidas, embora visionárias, enfrentaram forte resistência de grupos conservadores, principalmente ligados à Igreja Católica, que temiam a erosão das estruturas tradicionais (Gudmunson, 1995, p.104).

A oposição conservadora, alimentada por tensões regionais e pela desconfiança em relação à centralização do poder, contribuiu para o colapso da Federação em 1838. Após um período de exílio na Colômbia, Morazán tentou retomar sua liderança na América Central, mas foi capturado na Costa Rica e executado em 15 de setembro de 1842. Sua trajetória tornou-se símbolo das contradições entre o ideal republicano de unidade e a realidade fragmentada da região (Montes, 1958, p.47-50).

¹ Atualmente, a América Central é composta por 20 países, incluindo as nações continentais e várias ilhas caribenhas. Esses países são: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, e Trinidad e Tobago.

Nesse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte pergunta norteadora: quais foram os principais desafios políticos, sociais e econômicos enfrentados pela Federação Centro-Americana no período pós-independência, e como a liderança de Francisco Morazán refletiu os ideais e contradições do projeto republicano e liberal na região?

2 TÓPICOS LIBERAIS E REPUBLICANOS NA AMÉRICA CENTRAL

Em comparação com outras regiões hispano-americanas, como o México e os países do Cone Sul, os processos revolucionários na América Central receberam pouca atenção. No entanto, sinais de desejo por independência já eram evidentes desde 1811, em diversas localidades do então Reino da Guatemala. O primeiro movimento significativo ocorreu em 5 de novembro de 1811, em San Salvador, liderado pelos padres Matías Delgado e Nicolás Aguilar, além de Manuel José Arce e outras figuras de destaque.

Nos meses seguintes, rebeliões surgiram em León e Granada, em novembro e dezembro. Em 1º de janeiro de 1812, Tegucigalpa se levantou contra a posse de conselheiros municipais peninsulares. Em 1813, reuniões secretas com objetivos revolucionários foram realizadas no Convento de Belén, em Guatemala, lideradas por Fray Juan de la Concepción e figuras como José Francisco Barrundia. Contudo, a independência formal da América Central só foi proclamada em 15 de setembro de 1821, momento em que Francisco Morazán começou a emergir como figura central.

Em 1824, Dionisio de Herrera, chefe de Estado de Honduras, nomeou Francisco Morazán como Secretário-Geral, reconhecendo suas qualidades de liderança. Pouco depois, em 1825, a Assembleia Nacional Constituinte de Honduras promulgou sua primeira constituição, elegendo Morazán para o Conselho Representativo. Esses eventos demonstram a crescente relevância de Morazán no cenário político centro-americano.

Após a independência, dois partidos principais emergiram na América Central: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Os liberais, compostos por setores economicamente prósperos, buscavam maior participação política e redistribuição de riqueza e poder. No entanto, eram um grupo heterogêneo. Na Guatemala, por exemplo, incluíam tanto elites de áreas periféricas como indivíduos de origens sociais humildes. Já os conservadores defendiam a manutenção das estruturas coloniais, muitas vezes em aliança com a Igreja.

Apesar das diferenças ideológicas, ambos os partidos compartilhavam a aversão à participação popular nos processos políticos. Como observa Lowell Gudmunson (1995, p. 82), "havia uma tendência ocasionalmente escandalosa para líderes individuais mudarem de lado". Ao longo do tempo, conservadores adotaram políticas originalmente liberais, como a privatização de terras e a promoção de exportações, evidenciando disputas intraoligárquicas.

Em 1826, Manuel José Arce, presidente liberal da Federação, surpreendeu ao aliar-se aos conservadores, defendendo um modelo centralizador que transformaria a América Central em uma República Unificada. Esse movimento aprofundou tensões internas, com Arce entrando em conflito com líderes como Juan Barrundia, chefe do Estado da Guatemala. O atrito culminou na dissolução do Senado Federal e na invasão de Honduras e El Salvador por Arce, episódio que catapultou Morazán à notoriedade como defensor de Honduras.

A guerra civil, iniciada em 1826, revelou conflitos latentes. Conservadores guatemaltecos, alinhados à Igreja, opunham-se aos ideais republicanos dos liberais. Embora discursos de independência pregassem igualdade e inclusão, divisões locais e identidades de classe frustraram esses objetivos. Populações indígenas e camponesas permaneceram marginalizadas, enquanto as elites mantinham privilégios históricos (Díaz Arias, 2021, p. 15).

A vitória liberal em 1829, com a eleição de Morazán em 1830, destacou projetos conflitantes. Reformas liberais, como o confisco de propriedades da Igreja e o fortalecimento do governo federal, enfrentaram resistência. A ausência de uma capital federal definida também intensificou tensões, especialmente entre províncias como Nicarágua e Costa Rica, que buscavam maior autonomia. Cercado por rivalidades locais, o Executivo não conseguiu construir uma funcionalidade administrativa eficiente, refletindo uma Federação incapaz de criar, apesar do discurso político, uma unidade nacional. Exemplos marcantes dessa falha foram a ausência de um distrito federal e a concorrência entre o exército e os caudilhos de cada cidade-Estado. Segundo o historiador guatemalteco Arturo Taracena (1995), essa fragmentação territorial levou os Estados a se fecharem em seus próprios limites, revalorizando o papel das fronteiras e consolidando as elites dominantes locais, que buscaram legitimidade tanto interna quanto externamente. Assim, cada território passou a organizar suas próprias comunidades políticas, reforçando as divisões em detrimento de um projeto unificado de Federação.

A luta entre liberais e conservadores na América Central não pode ser reduzida a uma dicotomia ideológica simples. Trata-se de uma disputa intraoligárquica marcada por interesses econômicos e políticos locais, que moldaram os primeiros anos de independência. Morazán, ao tentar equilibrar essas forças, tornou-se um símbolo tanto de unidade quanto de polarização:

No ano passado, uma escola de primeiras letras foi estabelecida nesta cidade pelo método Lancaster. Em um exame geral, foram notados progressos surpreendentes e foram palpadas suas vantagens. No exame, participaram o Presidente da República, o Vice-Chefe do Estado de Guatemala, funcionários representativos e vários cidadãos (Boletim Oficial de 1º de maio de 183, tradução nossa).

A questão da manutenção da unidade federativa perpassou precisamente pelo de desacordo latente entre as elites políticas, triunfantes no processo de independência, sobre a distribuição do poder federal e os direitos e responsabilidades dos diferentes estados” (Díaz Arias, 2021, p.20). Elites que

eram, na verdade, as mesmas, agora sob uma nova organização, do período colonial: já no exílio, mobilizou uma série de termos contra os seus perpetradores que remetem ao passado colonial:

Porque em 1812, quando pela primeira vez se discutiram os direitos dos americanos, vocês agiam como juízes injustos, delatores vis e testemunhas falsas contra os amigos da independência do governo absoluto. Não é sua pátria: Porque quando as ideias de liberdade triunfaram na metrópole, quando os patriotas espanhóis romperam alguns elos da pesada corrente de nossa escravidão, revelando-nos assim o que éramos e o que poderíamos ser, vocês conspiraram contra o governo constitucional estabelecido em toda a monarquia. Como inimigos da iluminação, colaboraram com aqueles que, então, pretendiam se libertar do governo das Cortes e transferir para a América o governo absoluto dos Bourbons Jiménez Solís, 1952, p. 203, tradução nossa).

O Manifesto de David² foi escrito em 1842¹, durante seu exílio. Com tom eloquente e apaixonado, constituiu o anseio em restaurar a unidade federativa da região. Veicula acusações contra os conservadores que Morazán considerava responsáveis pela desintegração da República Federal da América Central. Enquanto líderes como Morazán defendiam um modelo republicano, liberal e unitário, outros setores, principalmente conservadores e ligados à Igreja Católica, resistiam, preferindo modelos que preservassem estruturas hierárquicas herdadas do período colonial. A resistência ao centralismo, somada à incapacidade de conciliar as demandas regionais e às pressões externas, levou ao colapso da federação em 1838. Morazán, líder emblemático do liberalismo e defensor da unidade, foi derrotado e exilado. Em 1842, após passar um período na Colômbia e na Costa Rica, buscou reconquistar a liderança política e reverter a fragmentação da América Central. O Manifesto de David, escrito nesse contexto, serviu como uma declaração de intenções e uma denúncia vigorosa contra os seus adversários políticos.

Morazán via como inimigos do progresso aqueles que resistiam à iluminação e ao avanço social, associando-os aos interesses do período colonial. Suas reformas, embora consideradas progressistas, enfrentaram resistência de conservadores, clérigos e setores populares que as viam como irrelevantes. Essas medidas expuseram as limitações do projeto liberal em atender às demandas populares, tornando os liberais alvo de críticas. Em relação à primeira guerra civil, Morazán atribuiu a Manuel José Arce a responsabilidade principal pelos conflitos, denunciando-o como um dos agentes centrais na instabilidade política que marcou a região.

Arce seguiu o exemplo de tantos gregos que se uniram aos inimigos de sua pátria para combatê-la e sofreu, como eles, o merecido castigo de sua própria derrota e a dupla maldição dos mercenários estrangeiros derrotados e de seus concidadãos vitoriosos (Jiménez Solís, 1952, p. 206, tradução nossa).

Nesta passagem, Morazán utiliza uma analogia histórica, comparando Arce aos traidores da Grécia Antiga que se aliaram a potências estrangeiras contra sua própria pátria. Essa crítica direta

² Jiménez Solís, J. Jorge. Francisco Morazán, su vida y su obra. Guatemala: Tipografía Nacional, 1952.

reflete o contexto de disputas internas nas quais lideranças locais, ao invés de trabalhar pela unidade federativa, buscavam alianças externas ou absolutistas para fortalecer suas próprias agendas regionais, contribuindo para a fragmentação política e social da América Central.

Durante o período de 1837 a 1838, uma nova guerra civil eclodiu, marcada pela mobilização significativa das comunidades indígenas, incentivadas pela Igreja. Ignorados politicamente, os indígenas não tinham espaço nos projetos liberais, enquanto setores conservadores, como o clero, buscaram se aproximar dessas comunidades. Para ambos os grupos, os indígenas eram frequentemente tratados como meros peões em um jogo de poder. Essa invisibilização pode ser observada na Constituição, que não inclui referências aos povos indígenas. O documento constitucional apresenta um modelo de Estado baseado nos princípios de soberania, independência e direitos fundamentais de liberdade, igualdade, segurança e propriedade, aplicáveis a todos os habitantes da república, sem considerar suas origens étnicas ou culturais. De fato, o texto da constituição começa da seguinte maneira:

Reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, nós, os representantes do povo da América Central, cumprindo com seus desejos e no exercício de seus direitos soberanos, decretamos a seguinte Constituição para promover sua felicidade; garantir o máximo gozo possível de suas capacidades; assegurar os direitos do homem e do cidadão com base nos princípios inalteráveis de liberdade, igualdade, segurança e propriedade; estabelecer a ordem pública; e formar uma perfeita federação (*Oficial, Constitución de la República Federal de Centro-América, 1956*).

Um aspecto evidente, além da invisibilização dos povos indígenas, é a exclusão das mulheres do exercício da cidadania. Os critérios para ser cidadão eram facilmente cumpridos por homens adultos: “são cidadãos todos os habitantes da República, naturais do país, ou naturalizados nele, que forem casados ou maiores de dezoito anos, desde que exerçam alguma profissão útil ou tenham meios conhecidos de subsistência”. Vinculadas ao âmbito doméstico, as mulheres raramente desempenhavam “profissões úteis” que lhes permitissem atender a esses requisitos.

A omissão dos povos indígenas e de questões de gênero reflete uma tendência das constituições latino-americanas do século XIX, que buscavam formar Estados unificados e homogêneos. A cidadania era definida em torno de um conceito generalista de "povo" e "cidadãos", ignorando a diversidade cultural e étnica que caracterizava as populações indígenas. Esse esforço de integração nacional resultou, frequentemente, na invisibilização das especificidades sociais e culturais, perpetuando a marginalização desses grupos nos processos políticos e jurídicos da nova república.

Os ideais liberais de nacionalidade e identidade nacional enfrentaram dificuldades para lidar com o abismo existente entre a minoria hispânica com direito ao voto e as massas indígenas, politicamente invisibilizadas, mas ativas na resistência à exclusão social. Esse contraste acompanhou os discursos de liberdade e prosperidade na América Central.

Com a renúncia de Francisco Morazán ao cargo de presidente em 1839, seguiu-se o colapso da Federação Centro-Americana, marcando o início de um período conservador que Halperin Donghi descreve como uma "longa espera". De maneira geral, tanto vencedores quanto derrotados expressaram decepção com o limitado progresso político e material alcançado.

As categorias "conservador" e "liberal" devem ser analisadas dentro de seus contextos, pois não são conceitos transhistóricos. Elas emergem a partir de interesses históricos específicos que lhes deram origem e sentido. Além disso, adotar modelos europeus como parâmetro pode levar a frustrações e, no limite, a uma paralisia interpretativa.

O debate sobre se as transformações nas primeiras décadas de independência na América Central podem ser chamadas de "revoluções" destaca, na historiografia, uma ênfase no que esses processos não foram: sem mão de obra operária organizada, industrialização ou classes sociais coesas, muitos argumentam que não configuraram verdadeiras revoluções. No entanto, essa visão negligencia os princípios básicos de causalidade material e ignora como os sujeitos centro-americanos percebiam e vivenciavam esses processos. As classes populares, no máximo, são retratadas como mal orientadas, alternando seu apoio entre projetos liberais e conservadores, sem que suas próprias experiências sejam devidamente reconhecidas.

Não cabe, por outro lado, elogiar ou condenar as disputas na arena política. Os conflitos entre liberais e conservadores, como destaca Lowell Gudmunson (1995, p. 82), podem ser interpretados como uma luta intraclasse entre elites e aspirantes a elites nas cidades-Estado, em que o controle político era exercido por meio de bandeiras partidárias. Essa visão é corroborada pelas análises de Safford (1978), que apontam que as divisões políticas na América Espanhola independente eram marcadas por grupos próximos aos centros coloniais de privilégio que apoiavam a causa conservadora, enquanto os setores marginalizados do poder central gravitavam em torno do lado liberal.

Sob essa perspectiva, os conflitos que caracterizaram as cidades-Estado podem ser vistos como disputas de interesses intraoligárquicos, com Guatemala e San Salvador desempenhando papéis centrais. No entanto, isso não exclui a participação ativa dos segmentos populares, que resistiram à alternância de poder entre liberais e conservadores. Os *de abajo* (os de baixo), no entanto, confrontavam projetos tanto liberais quanto conservadores que, em última análise, não atendiam aos seus interesses.

Para a manutenção do status quo, as diferenças entre os grupos partidários frequentemente se diluíam, especialmente quando se tratava de impedir as lutas dos setores dominados. Esse alinhamento tácito demonstra como as disputas ideológicas serviam, muitas vezes, para mascarar os interesses de classe subjacentes que uniam as elites em momentos críticos.

3 SÍMBOLOS UNIONISTAS

A ascensão dos liberais ao poder nas primeiras décadas de independência foi acompanhada por símbolos que buscavam representar a união entre os povos da região. No entanto, como já discutido, essa união esteve longe de ser concretizada na prática.

Os símbolos da Federação Centro-Americana refletiam ideais elevados, como soberania, igualdade e liberdade, mas também ocultavam as exclusões e desigualdades subjacentes. Entre eles, destacam-se o emblema das "Provincias Unidas del Centro de América" e a bandeira da República Federal da América Central, que buscavam consolidar um sentimento de pertencimento comum. O símbolo apresenta cinco montanhas, representando as cinco províncias fundadoras da Federação: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. No topo das montanhas, encontra-se um triângulo iluminado por um feixe de luz, com uma figura central que simboliza os ideais de liberdade e unidade.

Figura I. Brasão das Províncias Unidas da América Central (1824) / *Coat of Arms of the United Provinces of Central America (1824)*. Fonte: *Constitución de la República Federal de Centro-América/Asamblea Nacional Constituyente (22 de noviembre de 1824)*.



As montanhas evocam a geografia da região e a ideia de solidez e união. A condição ístmica, ou seja, o caráter de ponte territorial entre dois continentes, tornou-se um elemento central na construção da identidade nacional. O feixe de luz acima das montanhas é interpretado como um sinal de esperança e prosperidade para a jovem federação.

As marcas identitárias que os formuladores da Federação Centro-Americana tentaram imprimir à nação estavam relacionadas a valores cívico-políticos. Eles buscaram enfatizar princípios como a soberania popular, a igualdade cidadã, a liberdade de imprensa e o binômio segurança individual/propriedade (Taracena, 1995, p. 47).

Outro aspecto essencial nos esforços de construção cultural foi a ênfase na geografia como critério de pertencimento: no istmo centro-americano, ser considerado parte da nação dependia de residir na região, desconsiderando fatores como etnia e gênero. Em outras palavras, a exclusão de indígenas e mulheres foi mascarada por uma concepção, refletida na Constituição, de que todos os habitantes do território deveriam integrar essa nova identidade nacional chamada América Central.

Figura 2. Bandeira das Províncias Unidas da América Central (1824) com o lema 'Dios, Unión, Libertad / *Flag of the United Provinces of Central America (1824) with the motto 'God, Union, Liberty'*'. Fonte: Constitución de la República Federal de Centro-América/Asamblea Nacional Constituyente (22 de noviembre de 1824).



A bandeira da República Federal da América Central reflete os ideais centrais da federação, constituída após a independência da Espanha. A inscrição “Dios. Unión. Libertad.” (Deus. União. Liberdade.) simboliza os valores fundamentais defendidos pela República: a fé religiosa, a unidade entre os estados centro-americanos e a liberdade recém-conquistada do domínio colonial.

As letras "B. N." na parte inferior da bandeira possivelmente fazem referência a uma instituição oficial, como o "Banco Nacional", ressaltando a relevância de uma entidade central na organização econômica da federação.

Dessa forma, a bandeira da República Federal da América Central vai além de ser uma mera representação territorial. Ela transmite uma mensagem de unidade, esperança e aspirações compartilhadas de autonomia e progresso para os estados que integraram a federação.

No entanto, as memórias associadas a esses símbolos e aos ideais de união frequentemente são reinterpretadas nos contextos políticos do século XX e XXI. Movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por justiça social e direitos humanos, frequentemente invocam o legado de Morazán e da Federação Centro-Americana como inspiração para a construção de projetos alternativos de governança e integração regional. Por outro lado, as narrativas que exaltam os ideais federativos

frequentemente ignoram as exclusões sociais e culturais que marcaram a experiência histórica, perpetuando divisões que ainda afetam a região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1838, quando o Congresso decidiu transferir para o governo federal o controle das receitas alfandegárias — única medida viável para garantir os recursos necessários —, deu-se início ao processo de desintegração da Federação Centro-Americana. A Nicarágua foi a primeira a optar pela separação, seguida por Costa Rica e Honduras. Francisco Morazán, diante desse cenário de fragmentação e pressões crescentes, renunciou à presidência em fevereiro de 1839, marcando simbolicamente o fim de um dos mais ambiciosos projetos de unidade republicana na região.

A fragmentação da Federação Centro-Americana e a resistência às reformas liberais refletem dinâmicas políticas que continuam a influenciar os estados da região. O fracasso em construir uma unidade efetiva deixou marcas profundas nas estruturas políticas e econômicas da América Central, consolidando rivalidades regionais e dificultando a formação de identidades nacionais coesas. Liberais e conservadores, embora aparentassem estar em lados opostos, compartilhavam mais semelhanças do que diferenças: ambos operavam como oligarquias políticas localistas, voltadas para a preservação de privilégios e, muitas vezes, mascarando interesses de classe sob a retórica de uma federação unificada.

Essas disputas, marcadas por rivalidades intra-classes, também evidenciam as limitações dos projetos políticos do período. Liberais e conservadores, ao excluïrem as populações indígenas e camponesas das deliberações políticas, perpetuaram estruturas desiguais herdadas do período colonial. Essa exclusão, somada às dificuldades econômicas, agravou as tensões sociais e a instabilidade política, contribuindo para um ciclo de guerras civis e desintegração que moldou a história da região.

Por fim, é crucial considerar as especificidades sociopolíticas de cada cidade-Estado nesse contexto. Enquanto o ideal de uma federação unificada permanecia uma aspiração de elites reformistas como Morazán, na prática, os interesses regionais e a desconfiança mútua entre os estados minaram qualquer tentativa de unidade. A trajetória da Federação Centro-Americana ilustra não apenas os desafios de construir uma identidade nacional em um território marcado pela diversidade, mas também as contradições inerentes aos projetos liberais do século XIX.

Apesar de seu colapso, a experiência da Federação Centro-Americana e o legado de Francisco Morazán continuam a oferecer reflexões valiosas sobre os dilemas da soberania, governança e integração regional. Morazán, executado em 1842, tornou-se um símbolo das aspirações de unidade e liberdade que, embora não concretizadas em seu tempo, ainda ressoam nas lutas políticas contemporâneas da América Central.

A análise da Federação Centro-Americana, portanto, não se limita ao século XIX, mas oferece insights valiosos para compreender os desafios contemporâneos relacionados às fronteiras, às



identidades regionais e à memória coletiva. Conflitos recentes, como disputas territoriais e crises migratórias, não apenas ecoam as divisões históricas da região, mas também ressaltam a importância de revisitar esses processos para informar debates atuais sobre integração e soberania na América Central.



REFERÊNCIAS

- BRIGNOLI, Héctor Pérez. América Central: da colônia à crise atual. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRIGNOLI, Héctor Pérez. La construcción de las naciones centroamericanas (1821-1871). San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1994
- Constitución de la República Federal de Centro-América. Dada por la Asamblea Nacional Constituyente en 22 de noviembre de 1824. Guatemala: Imprenta a cargo de J.J. de Arévalo, 1824.
- DONGHI, Tulio Halperin. História contemporânea da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- GUDMUNDSON, Lowell. Central America, 1821-1871: liberalism before liberal reform. In: The Cambridge history of Latin America, vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- JIMÉNEZ, J. Jorge. Francisco Morazán: su vida y su obra. Guatemala: Tipografía Nacional, 1952.
- MONTES, Arturo Humberto. Morazán y la Federación Centroamericana. México: Editorial B. Costa-Amic, 1958.
- MONTES, Arturo Humberto. Memorias para la historia de la revolución de Centro-América. Guatemala: Tipografía Nacional, 1934.
- TARACENA, Arturo. Ciudadanía y república en la América Central del siglo XIX. Guatemala: Editorial Universitaria, 1999.